



ESTADO E VIOLÊNCIA: a agudização das contradições no capitalismo monopolista

SANTOS, Bárbara Bento dos.

RESUMO: Esta breve análise busca investigar o papel do Estado no capitalismo monopolista e quais consequências dos grandes monopólios sobre a vida da classe trabalhadora. Utilizando-nos de uma perspectiva histórico-crítica, propomo-nos revelar como a violência do capitalismo monopolista se expressa no poder do Estado e na qualidade de vida da sociedade. Para isso, abordamos um estudo da dinâmica capitalista na era dos monopólios partindo de sua base material desvelada na teoria social de Marx.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Capitalismo Monopolista; Violência.

INTRODUÇÃO

Neste estudo buscamos revelar o fenômeno da violência expressa no poder do Estado na sociedade capitalista monopolista e como a agudização das contradições na era dos monopólios afeta a vida humana. Desde a criação do excedente o ser humano utilizou da violência para legitimar seu poder sobre outro ser humano. O fenômeno da violência acompanha toda a história do capitalismo, seja por meio da exploração, da opressão, da subjugação, da destruição do meio ambiente e da aniquilação da vida humana. Está presente desde a Acumulação Primitiva ao Capitalismo Concorrencial e o atual Capitalismo Monopolista.

Para realizamos uma análise do fenômeno da violência no capitalismo monopolista, faz-se necessário entendermos o papel do Estado¹ e a sua forma atual de administração no controle das expressões da “Questão Social”². Para tal finalidade, importa apreender os

¹ “O Estado Moderno é parte integrante da ordem burguesa e não externa a ela. É uma instituição desenvolvida e comanda pela ordem que o funda [...] não sendo portanto independente do sistema socioeconômico e político que o criou dos seus interesses em jogo e da correlação de forças sociais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, P. 143)”

² A dinâmica da relação capital/trabalho resulta na riqueza de uma classe a partir da pauperização e exploração da outra, tais condições culminam no agravamento das desigualdades sociais, acentuadas no contexto da indústria moderna com o pauperismo generalizado do proletariado, fazendo emergir com isto, o que se convencionou chamar por “Questão Social”. O surgimento da denominada “Questão Social” tem suas bases em determinações econômico-sociais e políticas condicionadas pelo intenso desenvolvimento das forças produtivas e acumulação do capital. Como



nexos causais que fizeram emergir o Estado no capitalismo fundado na propriedade privada dos bens e na exploração e dominação do homem pelo homem.

Neste sentido, com vistas a investigar esta problemática, utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica realizando a análise imanente dos textos selecionados com o intuito de apreender os nexos causais que fundam a violência na sociedade capitalista monopolista. Pois, graves são os impasses gerados pelo crescimento exacerbado da violência no modo de produção capitalista, que utiliza de vários mecanismos e estratégias para manter sua reprodução e dos quais nos levam a indagações, como por exemplo: Como a violência se manifesta no interior do capitalismo dos monopólios? Como o Estado atua frente ao grande capital? Existe a possibilidade de abolir o fenômeno da violência no capitalismo monopolista?

O interesse por este estudo tem por objetivo desmistificar formas e conceitos abstratos no tocante ao entendimento da dinâmica capitalista e da violência expressa no capitalismo por meio do poder do Estado. Outro ponto de preocupação é que a violência da dinâmica capitalista se intensifica de maneira contínua, resultando num processo de crescente desumanização do indivíduo no interior de suas relações sociais presentes na atualidade. Para isto, assumimos uma postura teórica-crítica fundamentada nas elaborações de Karl Marx, uma vez que, a nosso ver, é a análise da totalidade e de suas bases ontológicas que permite uma maior aproximação e apreensão da problemática numa leitura mais fiel possível da realidade exposta neste trabalho.

Deste modo, e não menos importante, é também nosso ponto de preocupação ressaltarmos a importância da apreensão do fenômeno da violência no capitalismo monopolista para o Serviço Social, visto que, sua ação profissional se insere nas demandas postas no cotidiano atuando em face das respostas dadas pelo Estado às sequelas da “Questão Social”, em que a violência se configura como uma dessas sequelas. Bem como, trazer essa reflexão para a sociedade que é vítima constante dos efeitos do fenômeno da violência no âmbito político, econômico e social sob à ordem capitalista, efeitos que

nos mostra PIMENTEL: “Basicamente, os autores associam a ‘questão social’ ao processo de industrialização capitalista, seus efeitos sobre as condições de pauperização do operariado e sua luta política anticapitalista como ameaça ao sistema instaurado” (2012, p. 14). Portanto, a Questão Social surge das mazelas decorrentes do grande desenvolvimento das forças produtivas na indústria moderna, mazelas estas, que recaem sob a vida da classe operária, intensificando a exploração do trabalho e deixando vulnerável a condição de trabalho e existência dessa classe.

Para maior aprofundamento do estudo sobre a “Questão Social”, ver PIMENTEL (2012).



repercutem diretamente em suas vidas e cujas dimensões tem sido alarmantes e devastadoras, daí reside sua relevância social.

1. O papel do Estado no capitalismo monopolista: violência extra-econômica como mecanismo de acumulação do excedente.

Iniciamos nossa análise chamando atenção com afirmação de que o crescimento dos monopólios gera forte tendência ao crescimento do excedente, mas que não proporciona neste mesmo sentido a absorção deste excedente. É daí que muitos historiadores e economistas acreditam que as inovações que marcaram a época e as guerras e suas repercussões possibilitaram a sobrevivência do capitalismo até os dias de hoje.

Quando tratamos acima das inovações que marcaram a época, referimo-nos aquelas mudanças que abalaram diretamente toda a estrutura da economia para absorção do capital excedente e criação de vastos mercados para investimentos. Essas inovações na história do capitalismo podem ser identificadas como: a máquina a vapor, a estrada de ferro e o automóvel. Estas promoveram uma mudança radical na economia e cuja repercussão alcançou todas as esferas da vida humana, com elas foi possível a criação de muitos bens e serviços novos, e isto, direta ou indiretamente ampliou a diversidade de produtos industriais. Além disto, temos as guerras neste período dos grande monopólios como meio de ampliação e absorção do excedente. As grandes guerras de 1914-1918 e 1939-1945 trouxeram consequências econômicos cujos efeitos duraram para além delas.

Considerando a base teórica que vem de Marx é entendido que no final do século XIX, o capitalismo apresenta profunda modificações em seu ordenamento e dinâmica econômicos, incidindo diretamente na estrutura social e nas instâncias políticas. Contexto em que o capitalismo concorrencial precede o capitalismo monopolista “[...] articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como o *estágio imperialista*” (NETTO, 2011, p. 19, grifos do autor). Tais modificações não só reafirmaram a análise marxista sobre a essência da relação capital/trabalho como:

o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos desvelados pela crítica marxiana (NETTO, 2012, p. 19).



Analisando, especificamente as particularidades do capitalismo monopolista em suas instâncias econômico-social e histórico-político, a era dos monopólios trouxe significativas mudanças na dinâmica da sociedade burguesa, ao passo, que potencializou as contradições fundamentais do capitalismo verificadas desde o capitalismo concorrencial. Foi no capitalismo monopolista que a sociedade burguesa alcançou seu amadurecimento, ascendeu “à sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas tomam mais amplo e complicados os sistema de mediações que garantem sua dinâmica (NETTO, 2011, p. 20)”.

Para que o capitalismo em sua organização monopólica alcance o acréscimo esperado de lucros se faz necessário o controle total dos mercados. Neste sentido, sistema bancário e creditício que sempre tiveram papéis fundamentais desde a Acumulação Primitiva³ são redimensionados. Fenômenos como a supercapitalização requerem uma solução, daí a emergência da indústria bélica de um lado, e do outro “[...] a contínua migração dos capitais excedentes por cima dos marcos estatais e nacionais; e enfim a ‘queima’ do excedentes em atividades que não criam valor”⁴ (NETTO, 2011, p. 22). Portanto, o capitalismo monopolista demanda mecanismos de intervenção extra- econômicos para dar conta dos impasse gerados pelo processo de acumulação e valorização do capital, já previsto em Marx na Acumulação Primitiva:

[...] burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência (MARX, 1996, p. 359).

Diferentemente do que acontecera no capitalismo concorrencial, o Estado muda sua intervenção seja em função e estrutura, pois anteriormente, o mesmo era apenas garantidor da propriedade privada dos meios de produção cujo caráter era emergencial e pontual. Já na era capitalista monopolista a intervenção estatal ocorre na organização e na dinâmica econômica desde dentro, abrangendo todas as suas dimensões de forma contínua e

³ “A dívida do Estado, isto é, a alienação do Estado — se despótico, constitucional ou republicano — imprime sua marca sobre a era capitalista. A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente entra na posse coletiva dos povos modernos é — sua dívida de Estado. Daí ser totalmente consequente a doutrina moderna de que um povo torna-se tanto mais rico quanto mais se endivida. O crédito público torna-se o credo do capital” (MARX, 1996, p. 373).

⁴ Essa migração refere-se à internacionalização do capital e do parasitismo. Para maior aprofundamento ver: NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* (2011, p.22).



sistemática. Como nos revela Netto: “Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as *funções econômicas*” (NETTO, 2011, p. 25, grifos do autor). Deste modo, o objetivo de tal intervenção será garantir os superlucros dos monopólios, atuando portanto, como poder político e econômico e desenvolvendo uma multiplicidade de funções necessárias à demanda econômica do capitalismo monopolista.

Assim, de forma direta em suas funções econômicas o Estado intervém em setores básicos não rentáveis, no papel de empresário, fornecendo aos monopólios a baixo custo matérias-primas fundamentais no processo de produção, como energia etc. Neste processo também atua para alavancar empresas capitalistas com dificuldades, reprivatizando-as, bem como: “a entrega dos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado” (NETTO, 2011, p.25). Já de forma indireta, e não menos importante, fazem referência às compras e encomendas do Estado aos grupos monopolistas - o que garante a possibilidade de valorização do capital, recaindo sobre investimentos públicos em meios de transporte e infra-estrutura-, a força de trabalho demandada pelos monopólios, além dos gastos com investigação e pesquisa para um maior desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, tais intervenções direta e indireta explicita um Estado cujo papel é organizar a economia e administrar os ciclos de crise para reprodução do capitalismo.

O capitalismo monopolista, como já citado, por sua própria dinâmica, não cria procura efetiva para a total utilização do trabalho e capacidade produtiva, por isso precisa estar com seus recursos ociosos em atividade, pois assim, não só se produz meios de subsistências, como mais volumes adicionais de excedentes. Como nos mostra Baran & Sweezy: “Daí se o Governo criar mais procura efetiva, poderá aumentar seu controle sobre bens e serviços sem interferir nas rendas de seus cidadãos” (1978, p. 147). Pois, a estrutura econômica do capitalismo monopolista é tamanha que o volume do excedente não conseguiria ser absorvida apenas pelos canais privados, se não houvesse uma outra forma de escoar este excedente não seria possível mais a sua produção. Ou seja, o que é absorvido pelo Estado é um acréscimo, em nada o excedente privado é subtraído, e este movimento faz crescer conseqüentemente a economia. Ressaltamos que, o excedente privado só sofre alguma interferência: “Somente quando a absorção governamental continua a expandir-se mesmo depois de alcançada a plena utilização, como durante os últimos anos da Segunda Guerra Mundial” (Baran & Sweezy, 1978, p. 151).



2. A função social do Estado: a violência expressa na alienação sobre a vida da classe trabalhadora

Chamamos a atenção de que a intervenção estatal busca promover a conservação física da força de trabalho, e, logo, a superexploração, transparece assim, sua violência extra-econômica sobre a vida da classe trabalhadora. Como nos esclarece Netto:

Este é um elemento novo: no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto das relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo - ou, ainda, à combinação desses vetores: no capitalismo monopolista, a *preservação e o controle contínuos* da força de trabalho, ocupada e excedente, *é uma função estatal de primeira ordem*: não está condicionado apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio (NETTO, 2011, p. 26, grifos do autor).

Para este fim, o Estado transfere recursos públicos e privados para os monopólios, e cabe ao mesmo a obrigação de assegurar continuamente a reprodução e manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, e o faz revestido no “papel de comitê executivo” (NETTO, 2011, p. 27), mediante a generalização e institucionalização de direitos e deveres sociais que garantem o consenso das massas para que assim, possa desempenhar sua base de sustentação e se legitimar politicamente. Esse Estado capturado pelo capitalismo ao buscar legitimação política por meio do jogo da democracia – referimo-nos aos direitos - cria uma falsa ilusão de que serve as classes subalternas, pois atende demandas que incidem sobre os interesses e reivindicações desta classe. Desta forma, temos revelada aqui a alienação da classe trabalhadora, que se revela como uma violência no conflito contínuo entre as exigências de ordem monopólica que vão - e como não poderia ser diferente - em contrário com os interesses da classe trabalhadora.

É diante deste cenário de tensão que o Estado passa a intervir continuamente e sistematicamente sobre as sequelas da Questão Social, que passa a ser alvo de políticas sociais⁵. Como explicita Netto:

⁵ Ver obra: NETTO, J.P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, 2011, p. 29



No capitalismo dos monopólios, tantos pelas características do novo ordenamento econômico quanto pela consolidação política do movimento operário e pelas necessidades de legitimação política do Estado burguês, a 'questão social' como que se *internaliza* na ordem econômica-política: não é apenas o acréscido excedente que chega ao exército industrial de reserva que deve ter a sua manutenção 'socializada'; não é somente a preservação de um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo que se põe como imperiosa; não são apenas os mecanismos que devem ser criados para que se dê a distribuição, pelo conjunto da sociedade, dos ônus que asseguram lucros monopolistas – é tudo isto que, caindo no âmbito das condições *gerais* para a produção capitalista monopolista (condições externas e internas, técnicas, econômicas e sociais), articula o enlace, já referido, das funções econômicas e políticas do Estado burguês capturado pelo capital monopolista, com a efetivação dessas funções se realizando *ao mesmo tempo* em que o Estado continua ocultando a sua essência de classe (NETTO, 2011, p29-30, grifos do autor).

Diante disto, percebemos que o Estado através da política social procura administrar as expressões da “Questão Social” de forma que reproduza a força de trabalho, seja preservando-a ou controlando-a por meio da regulamentação da relação capital/trabalho sobre o exército industrial de reserva (destacamos principalmente o seguro social). Como acrescenta Netto: “os sistemas de previdência social (aposentadoria e pensões), por seu turno, não atendem apenas a essas exigências; são instrumentos para contrarrestar a tendência ao subconsumo” (2011, p. 31). Para as outras demandas da ordem monopolista, institui-se as políticas educacionais, políticas setoriais etc. que vão promovendo uma sujeição da classe subalterna por meios das estratégias acima mencionadas, assim, entendemos: aqui reside a violência do Estado que serve ao grande capital, apaziguando o conflito de classes e usando da força armada quando o consenso não é alcançado.

Ressaltamos que o papel do Estado afeta diretamente as classes de renda mais baixa, pois estas percebem uma melhoria em sua vida diante das medidas governamentais e impostos mais elevados, por isso ainda que haja queixas sobre essas medidas, não existe oposição política efetiva contra o aumento das despesas e da tributação do Estado. O que significa dizer que aumenta a possibilidade de negociação com a classe trabalhadora quando sentem uma melhora na condição de vida e quando o desemprego é menor. Estas medidas no geral beneficiam o setor privado, pois ele sozinho não consegue escoar o excedente que cria facilmente, assim “não pode haver dúvida de que é do interesse de todas as classes – embora não de todos os elementos que as constituem – que o Governo aumente constantemente suas despesas e seus impostos (BARAN & SWEEZY, 1978, p. 154).

Diante do exposto, concordamos com Marx que:

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem



eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida pública e privada, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder. Mais ainda: frente a consequências que brotam da natureza antissocial dessa vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a essas consequências, a impotência é a lei natural da administração. Com efeito, essa dilaceração, essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural em que se apoia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo. A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis (MARX, 2010, p.59-60).

Deste modo, como tal, o Estado não é capaz de encontrar os fundamentos dos problemas sociais, uma vez que ele é quem ordena tal sociedade, e quando admite existir tais problemas, lança-os para as leis naturais que transcende a vida humana ou joga-os para a vida privada (problema individual), onde o problema existe independente dele e de sua intervenção. Portanto, o fenômeno da violência se faz presente desde a sua atuação para reproduzir e garantir a força de trabalho até a invasão na condição de vida e na subjetividade do trabalhador cuja a vida está aprisionada e alienada nos moldes capitalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível concluir que o emprego do Estado para estimular o desenvolvimento econômico não advém de hoje, vem desempenhando seu papel desde o início do capitalismo, utilizando da violência extra-econômica, já revelada em Marx, para expansão e consolidação deste modo de produção. Assim, cabe ao Estado proteger a distribuição cada vez mais desigual da propriedade privada.

Entretanto, o que se percebe é que além de enriquecer a classe capitalista, o Estado vem enriquecendo a si mesmo, e o realiza com grande êxito por meio do direito e da administração, decretando impostos, regulando o comércio internacional, as terras públicas, o sistema de transporte, a manutenção das forças armadas etc. É no capitalismo monopolista que sua participação toma proporção maior e assume uma forma mais complexa e sistemática. Pois, como vimos, o capitalismo na era dos monopólios cria um excedente maior do que pode absorver, gerando formas de estagnação, grave depressão que exacerba o desemprego e a ociosidade na produção, é neste sentido que os gastos governamentais atuam para driblar as desordens e preencher as lacunas, fazendo não só escoar mais excedente bem como se produzir mais excedente. A indústria bélica aparece aqui como a tônica do momento, e as guerras se tornam meio para que não seja cessada a



demanda efetiva da produção. E com isto, a miséria, a insegurança, a exploração é sentida permanente na vida social, daí mais uma vez, aparece o Estado no sentido de suavizar esses sintomas, adentrando nas instâncias da vida por meio das políticas sociais.

Entendemos, com isso, que o papel do Estado é limitado pela própria natureza da dinâmica capitalista e com o passar do tempo, o uso do aparelho estatal se torna mais irracional e destrutivo, configurando-se numa violência contra a vida humana ao oprimir, reprimir e alienar seja por sua força direta ou pela força legalizada e institucionalizada.

REFERÊNCIAS

BARAN, Paul & Paul, SWEEZY. **Capitalismo Monopolista** – *Ensaio sobre a Ordem Econômica e Social Americana*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MARX, Karl, 1818- 1883. *Glosas Críticas e Marginais ao Artigo ‘O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano’*. Trad. Ivo Tonet. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Volume II, Tomo 2. Trad. Regis Barbosa e Flávio R.Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MONTAÑO. C; DURIGUETTO M. L. *Estado, Classe e Movimento Social*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova Questão Social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e hoje. 2. Ed. São Paulo, Instituto Lukács, 2012.